



MUDANÇAS NOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: DO TRADICIONAL À MODERNIDADE

Changes in the Ethical Principles of Education in Mozambique: From Traditional to Modernity

Cambios en los Principios Éticos de la Educación en Mozambique: De lo Tradicional a la Modernidad

José Albertina Munguambe¹

¹*Docente, Doutorando em Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação; Universidade São Tomás de Moçambique; Mestre em Ciências de Educação; Moçambique; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7909-9722>; E-mail: jose.mungnuambe@gmail.com.*

Autor para correspondência: jose.mungnuambe@gmail.com

Data de recepção: 05-12-2024

Data de aceitação: 07-01-2025

Como citar este artigo: Munguambe, J. A. (2025). Mudanças nos princípios éticos da educação em Moçambique: do tradicional à modernidade. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(6), pp. 142-151. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/8>.

RESUMO

O estudo examina as transformações nos princípios éticos da educação em Moçambique, explorando a tensão entre valores tradicionais e exigências da modernidade, com uma análise crítica sobre o impacto do legado colonial no sistema educacional actual. Busca-se compreender como, após a independência, a educação moçambicana tenta equilibrar práticas locais e influências externas para formar cidadãos éticos e responsáveis. A pesquisa qualitativa baseia-se em análise documental e revisão bibliográfica de autores como Castiano, Ngoenha e Berthoud (2013), Golias (1993), Mazula (1995) e Gonçalves (2018), destacando a evolução ética da educação no país. Os resultados revelam que, apesar dos esforços de resgate cultural, o sistema educacional ainda apresenta marcas do colonialismo, resultando em uma crise ética que prejudica a formação dos jovens. Identificou-se a desvalorização de valores de colectividade e solidariedade, favorecendo práticas corruptas e contribuindo para o desânimo das novas gerações. O estudo sublinha a necessidade de uma reforma

educacional abrangente que integre os saberes tradicionais às demandas globais, promovendo uma formação ética e cidadã. Conclui-se que o sistema educacional deve ser transformado para desenvolver indivíduos críticos, éticos e comprometidos com o bem colectivo, potencializando impactos positivos na sociedade e na produção científica. Assim, defende-se uma educação que vá além do ensino técnico, valorizando uma ética educativa transformadora.

Palavras-chave: Transferência, Mobilidade de quadros, Sector público.

ABSTRACT

The study examines the transformations in the ethical principles of education in Mozambique, exploring the tension between traditional values and the demands of modernity, with a critical analysis of the impact of the colonial legacy on the current education system. It seeks to understand how, after independence, Mozambican education tries to balance local practices and external influences to form ethical and responsible citizens. The qualitative research is based on documentary analysis and bibliographic review of authors

such as Castiano, Ngoenha and e Berthoud (2013), Golias (1993), Mazula (1995) and Gonçalves (2018), highlighting the ethical evolution of education in the country. The results reveal that, despite the efforts of cultural rescue, the educational system still presents marks of colonialism, resulting in an ethical crisis that harms the formation of young people. The devaluation of values of collectivity and solidarity was identified, favoring corrupt practices and contributing to the discouragement of the new generations. The study underlines the need for a comprehensive educational reform that integrates traditional knowledge with global demands, promoting ethical and civic education. It is concluded that the educational system must be transformed to develop critical, ethical individuals committed to the collective good, enhancing positive impacts on society and scientific production. Thus, an education that goes beyond technical education is defended, valuing a transformative educational ethic

Keywords: Educational ethics, Cultural values, Ethical crisis.

RESUMEN

El estudio examina las transformaciones en los principios éticos de la educación en Mozambique, explorando la tensión entre los valores tradicionales y las demandas de la modernidad, con un análisis crítico del impacto del legado colonial en el sistema educativo actual. Busca comprender cómo, después de la independencia, la educación mozambiqueña intenta equilibrar las prácticas locales y las influencias externas para formar ciudadanos éticos y responsables. La investigación cualitativa se basa en el análisis documental y la revisión bibliográfica de autores como Castiano, Ngoenha y e Berthoud (2013), Golias (1993), Mazula (1995) y Gonçalves (2018), destacando la evolución ética de la educación en el país. Los resultados revelan que, a pesar de los esfuerzos de rescate cultural, el sistema educativo aún presenta marcas de colonialismo, resultando en una crisis ética que perjudica la formación de los jóvenes. Se identificó la desvalorización de los

valores de colectividad y solidaridad, favoreciendo prácticas corruptas y contribuyendo al desaliento de las nuevas generaciones. El estudio subraya la necesidad de una reforma educativa integral que integre los conocimientos tradicionales con las demandas mundiales, promoviendo la educación ética y cívica. Se concluye que el sistema educativo debe transformarse para formar individuos críticos, éticos y comprometidos con el bien colectivo, potenciando los impactos positivos en la sociedad y la producción científica. Así, se defiende una educación que vaya más allá de la educación técnica, valorando una ética educativa transformadora.

Palabras clave: Ética educativa, Valores culturales, Crisis ética.

INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer sociedade, e, em Moçambique, tem sido uma arena central de debates sobre identidade, transformação social e valores culturais. O sistema educacional moçambicano tem suas raízes na educação tradicional, enraizada na cultura local e nas práticas comunitárias, mas também foi profundamente impactado pelas mudanças trazidas pela colonização e, posteriormente, pela busca de um sistema moderno de ensino no período pós-independência. Este contexto de transição entre tradição e modernidade tem gerado uma multiplicidade de perspectivas sobre os princípios éticos que devem guiar o ensino e a aprendizagem no país.

Segundo Quimuenhe (2018), o modelo educacional tradicional em Moçambique estava intimamente ligado ao contexto comunitário, onde a transmissão do conhecimento ocorria de forma oral e prática, focada na formação integral do indivíduo. No entanto, com o advento da colonização, o sistema educacional tradicional foi progressivamente marginalizado e substituído por um modelo que privilegiava os valores europeus, como a racionalidade, a competitividade e o individualismo. A

independência de Moçambique, em 1975, trouxe novas esperanças de reconstrução de um sistema educacional que fosse mais inclusivo, valorizando as raízes culturais e ao mesmo tempo alinhando-se com os desafios da modernidade.

Na busca por um sistema de ensino que reflita as necessidades e realidades do país, surgem questões fundamentais sobre como conciliar as práticas éticas tradicionais com as exigências da globalização e da modernidade. O desafio é construir uma educação que respeite as tradições locais e, ao mesmo tempo, prepare os cidadãos para os desafios de um mundo em constante mudança, onde a ética da solidariedade e do bem comum, próprias da cultura africana, deve coexistir com princípios como a autonomia, a liberdade individual e a justiça social, que são frequentemente enfatizados pela educação moderna.

Segundo Papel (2020), a história da educação em Moçambique é objecto de controvérsia entre pensadores que afirmam sua existência antes das influências árabes e portuguesas, e outros que situam seu início em 1498, com a chegada dos colonizadores portugueses. O debate sobre a educação pré-colonial questiona o tipo de ensino existente e suas formas de transmissão, mas o objectivo não é responder a essas questões, e sim fomentar discussões sobre a evolução educacional, abrangendo a Educação Tradicional, Colonial, Pós-Independência e contemporânea.

Ao longo do período em análise, assistiu-se à educação sistemática (formal) e assistemática (informal), destacando os desafios relacionados à qualidade e quantidade da educação no país. A busca por números atende metas internacionais, mas não necessariamente as necessidades locais, resultando na dependência de políticas externas que nem sempre priorizam a formação patriótica ou qualificada.

Embora a educação seja essencial para o desenvolvimento, Moçambique enfrenta dificuldades em formar cidadãos capacitados para liderar e promover progresso sustentável. A dissociação entre teoria e prática, bem como a negligência dos fundamentos axiológicos, enfraquece a qualidade educacional,

comprometendo a formação integral que envolve saber ser, estar, fazer e conviver.

Outro aspecto não menos importante é apresentar as fases da educação, objectivos e perspectivas, dado que os objectivos da educação assim como as suas perspectivas variam consoante as épocas e os programas de governação, por isso, embora Moçambique seja um Estado unitário a educação passou por várias fases no âmbito da consolidação e aperfeiçoamento dos seus objectivos tendo em conta as políticas adoptadas, pois a ideia de educação de cada povo depende da sua realidade concreta e de seus valores.

Segundo Humbane (2017), a educação em Moçambique pode ser dividida em fases e subfases, visando melhor compreensão. No período Pré-colonial, identificado como Educação Tradicional, a responsabilidade educativa era comunitária, culminando nos ritos de iniciação. Durante a era Colonial, a educação esteve estreitamente vinculada à Igreja, sobretudo após a Concordata de 1940 entre o governo português e a Santa Sé. Já na fase Pós-colonial, a FRELIMO implementou políticas educacionais, inicialmente similares às do colonialismo, criando escolas próprias.

A partir das décadas de 1980 e 1990, a educação moçambicana passou por um processo de descentralização, respondendo aos desafios da globalização. Contudo, essa tendência revelou-se onerosa para os países em desenvolvimento, que enfrentam dificuldades para competir em igualdade com as nações desenvolvidas. Nesse contexto, emergiu uma ênfase na educação ética, visando elevar a consciência moral e enfrentar a degradação ética.

O objectivo geral deste estudo é analisar as mudanças nos princípios éticos da educação em Moçambique, do modelo tradicional ao moderno, considerando o impacto de factores culturais, históricos e sociais. De forma específica pretende-se (i) identificar os valores éticos predominantes na educação tradicional e sua relevância para as comunidades moçambicanas; (ii) examinar as transformações ocorridas com a introdução da educação formal durante o colonialismo e pós-independência e; (iii) propor estratégias para

integrar os valores éticos tradicionais e modernos no sistema educacional moçambicano.

Educação Tradicional em Moçambique

A Educação Tradicional em Moçambique, conforme Golias (1993), buscava integrar o indivíduo em três dimensões: pessoal, social e cultural. Esta educação priorizava a integração ao grupo e à cultura, promovendo uma formação colectiva em detrimento do desenvolvimento individual. Era uma responsabilidade comunitária, com papéis definidos por idade e sexo: crianças pequenas eram cuidadas pelas mães, e, a partir dos 7/10 anos, meninos e meninas passavam a ser educados em ambientes específicos para seus gêneros, participando em actividades que desenvolviam autonomia e responsabilidade. Os ritos de iniciação desempenhavam um papel central, transmitindo conhecimento técnico, moral e cultural, além de preparar os jovens para enfrentar desafios futuros. A educação era polivalente, integrando aspectos práticos e intelectuais, sem fragmentação disciplinar, e refletia a vida cotidiana da comunidade.

Segundo Gonçalves (2018), a educação é um processo complexo de formação e socialização que vai além dos muros escolares, envolvendo múltiplos ambientes e dimensões e sendo profundamente interligada à cultura. O autor descreve a educação tradicional nos povos bantu, especialmente ao sul do Saara, como um processo dinâmico e adaptável que vai além das formalidades da escola moderna, envolvendo a transmissão de conhecimentos e valores através de práticas culturais, ritos de iniciação e a vida quotidiana, considerando que essa forma de educação garante a continuidade cultural e a coesão social, preparando as novas gerações para enfrentar os desafios práticos e éticos de suas comunidades.

Gonçalves (2012), refere que, durante a modernidade socialista, a educação foi utilizada como instrumento crucial para a transformação social e cultural constituindo ferramenta de mudança profunda na formação de um "homem novo", um processo que envolvia a superação das influências da educação tradicional e colonial e a promoção

de uma nova ordem social baseada na justiça e na equidade e visando fomentar uma iniciativa intelectual e criativa, libertando as novas gerações das crenças supersticiosas e promovendo uma mentalidade científica e racional. Essa luta contra os valores tradicionais e coloniais reflecte os esforços para formar uma nova concepção de mundo, voltada para os ideais da Frente, num discurso que desqualificava o ethos tradicional, a história e a memória, bem como os portadores desse saber ético, representados pelos anciãos. Aqui o autor considera ethos, as ideias que reflectem a concepção de mundo de um indivíduo ou grupo, incorporando valores, razões e fins do viver.

Os valores éticos ensinados na educação tradicional em Moçambique incluíam o respeito pela natureza, a solidariedade e o cuidado com os mais velhos. Estes princípios, de acordo com o autor, eram fundamentais para a manutenção da coesão social nas comunidades moçambicanas. Há que destacar que, nos rituais de iniciação, os jovens eram imersos em ensinamentos éticos e espirituais, fundamentais para a formação do seu carácter e comportamento dentro da comunidade.

As comunidades desempenhavam um papel central na educação tradicional em Moçambique. Não era apenas a família nuclear, mas a comunidade inteira que tinha a responsabilidade de educar as novas gerações. A transmissão dos valores culturais era essencial, e os jovens aprendiam a respeitar as normas sociais, a compreender o seu lugar na colectividade e a preservar os rituais ancestrais. Pires (2011) analisa como as comunidades, com seus líderes espirituais e culturais, eram responsáveis pela formação ética dos indivíduos, transmitindo-lhes a moralidade comunitária, que era uma das bases da convivência harmoniosa. O autor salienta que essa forma de educação estava alinhada com as necessidades das comunidades agrárias, cuja sobrevivência dependia do trabalho em equipe e do respeito mútuo.

No entanto, Cruz e Silva (2001) observam que a introdução do sistema educacional colonial alterou essas dinâmicas, impondo valores eurocêtricos que desvalorizavam as práticas

locais. Essa transição marcou o início do conflito entre os princípios éticos tradicionais e os modelos introduzidos pela modernidade.

Modernidade e Educação

Com a chegada do colonialismo, Moçambique passou a adoptar um sistema educacional formal, que em grande parte estava em conformidade com as práticas educacionais europeias. A introdução desse sistema alterou profundamente as bases éticas da educação, uma vez que a ênfase foi dada ao conhecimento académico e à preparação de uma pequena elite para servir ao modelo colonial.

O sistema educativo colonial português visava a assimilação cultural, desnaturalizando os povos dominados para europeizá-los. Os indígenas poderiam requerer o estatuto de assimilados, obtendo direitos como bilhete de identidade, acesso à educação estatal e voto, desde que abandonassem os costumes nativos e se adequassem ao estilo de vida europeu.

Segundo Golias (1993), no período compreendido entre 1498 a 1926, a educação inicial era ministrada por padres e professores particulares, com escolas fundadas em algumas regiões antes de 1845. A Estrutura educativa era formalizada em dois níveis: ensino elementar (leitura, aritmética e história portuguesa) e escolas principais (português, economia e física aplicada). A Educação discriminatória prevaleceu, com foco no treinamento manual para indígenas e educação superior restrita.

No Período compreendido entre 1926 a 1961, houve a implementação de leis para regulamentar o ensino indígena, dividindo-o em rudimentar (civilização básica), profissional (preparação para ofícios) e normal (formação de professores). Assistiu-se também a regulação da formação de professores indígenas, incluindo currículos abrangentes e controle administrativo centralizado. Houve proibição do uso de línguas africanas em 1921, enfatizando a nacionalização cultural através da língua portuguesa. A educação para indígenas continuava limitada, visando a adaptação mínima à sociedade colonial sem permitir progressos significativos.

Portanto, o sistema educativo colonial promoveu a exclusão, restringindo o avanço

intelectual dos indígenas e priorizando interesses coloniais.

Durante o período pós-independência (1975-1977), o governo enfrentou um grande desafio, pois 98% da população era analfabeta. A FRELIMO, desde a sua fundação, concebia a educação como parte essencial da luta pela liberdade e independência, utilizando-a para reforçar ideologias políticas e apoiar a produção nas comunidades. As "Escolas da FRELIMO" foram criadas, com ênfase na alfabetização e formação política, mas com um currículo muito voltado para práticas agrícolas e artísticas, sem foco na formação profissional. Segundo António (2014), em 1975, foi iniciada a nacionalização das escolas, incluindo as privadas, e criaram-se novas estruturas como o Ministério da Educação e Cultura (MINED), responsável por organizar a educação e enfrentar desafios como a escassez de materiais didáticos e a falta de professores qualificados. Em resposta, foram feitas reformas educacionais, incluindo o recrutamento de professores e a formação de uma nova geração de educadores, como a "Geração 8 de Março", composta por alunos que passaram a integrar o corpo docente.

O período seguinte (1977-1982) foi marcado pela centralização do sistema educacional, com a implementação de um modelo socialista que buscava formar cidadãos alinhados aos ideais marxistas-leninistas. A educação foi reorganizada em diferentes níveis: pré-escolar, primário, secundário e universitário, mas o sistema socialista, embora inicialmente adoptado, não teve continuidade devido às dificuldades económicas e políticas, levando o país a se afastar das políticas socialistas em favor de novas formas de capitalismo.

Entre 1983 e 1987, o Sistema Nacional de Educação de Moçambique foi implementado com o objectivo de promover a formação de um "Homem Novo", alinhado aos valores da sociedade socialista. O governo priorizou a eliminação do analfabetismo, a escolarização universal e a formação técnica, com foco em aspectos intelectuais, morais e políticos, criando uma educação voltada para a transformação social. A educação foi organizada em níveis e subsistemas.

Segundo Intanquê e Subuhana (2018), de 1987 a 1992, Moçambique enfrentou uma crise econômica e social que afectou gravemente o sector educacional. A qualidade do ensino diminuiu, surgindo casos de corrupção e falta de recursos. A privatização de alguns serviços educacionais, como a produção e distribuição de livros, e a criação de escolas privadas marcaram o período. Em 1992, a Lei nº 6/92 redefiniu o sistema educacional, dividindo-o em áreas como ensino pré-escolar, geral, técnico-profissional, educação de adultos e ensino universitário.

Entre 1992 e 2013, a educação focou na promoção da paz e na implementação de políticas de igualdade de gênero, mas ainda enfrentou desafios significativos, como a exclusão social e desigualdades no acesso à educação. Durante esse período, foram introduzidos currículos inovadores com novos ciclos de aprendizagem, ensino básico integrado e a inclusão de línguas moçambicanas e inglês no currículo. Essas mudanças visaram uma maior inclusão e adaptação do sistema educacional às necessidades da sociedade moçambicana.

O novo sistema de educação em Moçambique, no âmbito das mudanças curriculares, tem como objectivo proporcionar um desenvolvimento integral e harmonioso da criança, do jovem e do adulto, capacitando-os para se tornarem cidadãos responsáveis, ativos e exemplares na sociedade.

O ensino busca promover valores e atitudes positivas, desenvolver a autonomia, a auto-estima, a criatividade, além de capacitar os alunos com o conhecimento necessário sobre o meio ambiente, as leis da natureza, as tradições culturais e os direitos e deveres do cidadão. Outro aspecto fundamental é a ênfase na prevenção de doenças, como malária, cólera e HIV, além de promover a prática de atividades físicas, desporto e trabalho comunitário, e incentivar a aprendizagem de técnicas práticas para a resolução de problemas do cotidiano, como a produção artesanal e o desenvolvimento de práticas agrícolas e pesqueiras.

O ensino primário, que começa com a educação pré-primária, busca desenvolver as

aptidões motoras e sociais, além de preparar os alunos para a transição ao ensino secundário, desenvolvendo habilidades cognitivas, físicas e sociais. Já o ensino secundário tem como foco aprofundar os conhecimentos adquiridos nas áreas de comunicação, ciências naturais e sociais, e educação física, ao mesmo tempo em que visa o desenvolvimento do pensamento lógico e da capacidade crítica dos alunos. O objectivo é prepará-los tanto para o ingresso no ensino superior quanto para a vida profissional, com uma formação técnica e intelectual sólida. O ensino pré-universitário amplia o conhecimento adquirido nas etapas anteriores e foca no domínio de métodos científicos e na resolução de problemas práticos. Esse nível prepara os alunos para ingressar nos cursos de ensino superior, enfatizando a importância da capacidade crítica e da avaliação dos desafios globais e nacionais.

A Agenda 2025 busca garantir uma educação de formação integral para todos, com a massificação da educação básica como “passaporte” para a vida, promovendo uma educação que atenda às necessidades do indivíduo para a sua sobrevivência. Além disso, destaca a importância da educação secundária, que abrange uma camada jovem prestes a entrar no mercado de trabalho. Também é ressaltada a educação comunitária, a alfabetização de adultos, a formação técnico-profissional e a educação cívica e patriótica, com foco em revitalizar os valores morais e éticos e fortalecer o sentido de pertencimento e participação na sociedade.

Esses objectivos refletem um esforço contínuo para transformar o sistema educacional moçambicano e prepará-lo para os desafios do futuro, garantindo uma educação acessível, de qualidade e voltada para as necessidades do desenvolvimento social e econômico do país.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adoptou uma abordagem de revisão bibliográfica e documental para analisar a evolução dos princípios éticos na educação em Moçambique, desde a educação tradicional até o impacto das transformações contemporâneas. A revisão focou nas obras de autores que exploraram as implicações

culturais, políticas e históricas da educação moçambicana, examinando a transição entre a educação tradicional e o sistema educacional moderno, bem como os efeitos da colonização, pós-independência e globalização.

A pesquisa foi descritiva e exploratória, centrada na análise crítica de fontes acadêmicas que trataram da evolução ética na educação em Moçambique. A abordagem descritiva visou retratar o cenário histórico e cultural da educação no país, enquanto a exploratória buscou identificar as lacunas e os debates actuais sobre a formação ética no sistema educacional moçambicano.

A seleção das fontes foi realizada a partir dos seguintes critérios: relevância para o tema, a credibilidade do autor e a data de publicação.

A análise foi feita de forma crítica e interpretativa, com o objectivo de identificar os principais temas, mudanças e controvérsias sobre a ética na educação em Moçambique. A revisão foi estruturada em torno dos seguintes tópicos principais. : Educação tradicional e ética; Impactos do colonialismo: Estudo das transformações no sistema educacional durante o período colonial e seus efeitos na formação ética; Desafios pós-independência: Análise das mudanças após a independência de Moçambique, incluindo as tensões entre o tradicional e o moderno; Modernidade, globalização e ética educacional: Investigação dos impactos da globalização e das novas tendências educacionais no sistema ético educacional moçambicano.

As limitações deste estudo incluíram a dependência de fontes secundárias, uma vez que não foram realizadas coletas de dados primários. Além disso, a disponibilidade de material relevante sobre alguns períodos específicos da história de Moçambique, especialmente sobre a educação no período colonial e os primeiros anos pós-independência, foi restrita.

Embora se trate de uma revisão bibliográfica e documental, todas as fontes foram devidamente citadas para garantir o reconhecimento dos direitos autorais dos autores e o cumprimento das normas éticas da pesquisa académica. A pesquisa seguiu as orientações éticas relacionadas à honestidade

académica, evitando plágio e assegurando a integridade na interpretação das fontes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação em Moçambique é um campo marcado por profundas transformações históricas, culturais e sociais, refletindo a complexidade das mudanças nos princípios éticos que a orientam. O país, com uma rica tradição educacional baseada na oralidade e na coletividade, enfrentou desafios significativos com a imposição de um sistema educacional europeu durante o período colonial, e, posteriormente, com as tentativas de reconstrução de um sistema educativo pós-independência. A tensão entre os valores tradicionais e as exigências da modernidade tem sido uma constante na evolução da educação moçambicana. No centro dessa discussão, surge a crítica de Castiano, Ngoenha e Berthoud (2013) que destacam a necessidade de uma educação ética que não apenas prepare os indivíduos para os desafios contemporâneos, mas que também respeite e preserve as bases culturais da sociedade moçambicana.

A educação tradicional em Moçambique era caracterizada por um profundo respeito à colectividade e à transmissão intergeracional do conhecimento, sendo marcada por práticas como a oralidade, os rituais de iniciação e a educação prática no seio das comunidades. Mazula (1995) sublinha que, nesse modelo, a ética estava directamente vinculada ao desenvolvimento moral e social do indivíduo dentro do colectivo, com ênfase no respeito às autoridades tradicionais, aos mais velhos e à natureza. Essa educação visava não apenas à transmissão de saberes, mas à construção de uma sociedade harmônica e solidária. Esses valores, no entanto, entraram em confronto com a imposição de um sistema educacional baseado em princípios eurocêntricos, que desvalorizavam as formas de saber tradicionais.

Castiano, Ngoenha e Berthoud (2013) sugerem que a colonialidade impôs um modelo educacional centrado na lógica do individualismo e da competitividade, características típicas do pensamento europeu.

Com a marginalização das práticas educacionais locais, muitos dos princípios éticos da educação tradicional foram desconsiderados, sendo substituídos por valores que favoreciam a formação de indivíduos voltados para a ascensão social e económica, em detrimento do bem colectivo. Gonçalves (2018) observa que, após a independência, o Moçambique se viu diante do desafio de reintegrar esses valores éticos tradicionais em um sistema educacional que também precisava se alinhar aos desafios da modernidade e da globalização.

A crítica de Castiano, Ngoenha e Berthoud (2013), alertam para os riscos de se adotar uma educação unicamente voltada para os parâmetros globais, sem considerar as especificidades culturais e as necessidades locais. Eles argumentam que o sistema educacional moçambicano, ao buscar um modelo moderno, não deve perder de vista a importância de formar cidadãos que se reconheçam em sua própria cultura e história, mantendo uma educação que seja inclusiva e que respeite a diversidade cultural do país. Em sua análise, os autores defendem a necessidade de uma educação ética que reforce a identidade nacional e promova a solidariedade, valores fundamentais na educação tradicional, mas também considerando a exigência da formação para o mercado de trabalho e a inovação.

A colonização teve um impacto devastador no sistema educacional moçambicano, impondo um modelo que favorecia os interesses do colonizador e marginalizava as formas de saber locais. Mazula (1995) destaca que, durante o período colonial, a educação não apenas formava indivíduos para o mercado de trabalho, mas também impunha uma visão de mundo que desconsiderava a cultura e a moral africanas. Castiano, Ngoenha e Berthoud (2013) argumentam que, após a independência, o país enfrentou o desafio de reconectar-se com suas tradições, enquanto também se preparava para uma economia globalizada que exigia uma educação moderna, tecnológica e técnica.

No entanto, a crítica dos autores chama a atenção para o facto de que, no processo de modernização, o país corre o risco de perder

sua identidade cultural, caso a educação não promova uma integração entre os saberes tradicionais e as exigências da sociedade contemporânea. Para eles, a reconstrução da ética educacional no pós-independência deve ser centrada em uma educação inclusiva, que respeite as diversas culturas e valores locais, ao mesmo tempo que prepare os cidadãos para os desafios do mundo globalizado. Eles advogam por uma ética da inclusão e da valorização das tradições, sem cair no erro de idealizar o passado, mas também sem desconsiderar suas lições fundamentais.

A modernidade trouxe consigo um novo paradigma educacional, centrado em princípios de racionalidade, eficiência e competitividade. Gonçalves (2018) enfatiza que a educação moderna em Moçambique tem incorporado muitos dos valores típicos da educação ocidental, mas, ao mesmo tempo, ainda enfrenta o desafio de integrar os valores tradicionais de solidariedade e coletividade. Mazula (1995) observa que a transição para um sistema educacional mais moderno deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre os valores que se deseja perpetuar.

A crítica de Castiano, Ngoenha e Berthoud (2013), se alinha a essa perspectiva ao sugerir que a educação moçambicana deve encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento técnico e científico e a formação ética e cultural. Para os autores, a educação moderna não deve ser entendida apenas como um meio de integração ao mercado global, mas como um processo de formação do indivíduo completo, que saiba equilibrar suas competências técnicas com sua identidade cultural e seu papel na sociedade. A ética educativa, portanto, não deve ser entendida apenas como um conjunto de regras ou normas, mas como um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e solidária, capaz de integrar o tradicional e o moderno.

O futuro da ética educacional em Moçambique depende da capacidade do sistema educacional de integrar de forma equilibrada os valores tradicionais e modernos. Gonçalves (2018) sugere que, para isso, a educação deve ser um espaço de reflexão e de construção contínua, onde os princípios éticos da colectividade e da

solidariedade possam coexistir com os valores da autonomia e da liberdade individual. Segundo o autor, isso implica em uma educação que não seja apenas técnica e utilitária, mas também capaz de formar cidadãos críticos e comprometidos com sua cultura e com o bem-estar colectivo. Nesse sentido, a educação moçambicana deve buscar caminhos para integrar as duas dimensões – a ética comunitária da tradição e os desafios da globalização – criando uma educação inclusiva, crítica e transformadora.

CONCLUSÃO

A análise sobre as mudanças nos princípios éticos da educação em Moçambique revela um quadro complexo de transição entre o legado colonial e os desafios contemporâneos enfrentados pela sociedade moçambicana. O país, após a independência, buscou reconectar-se com suas raízes culturais, mas o sistema educacional ainda carrega marcas de um passado marcado por uma educação imposta, que não priorizava os valores éticos fundamentais necessários para a construção de uma cidadania responsável e moralmente sólida.

A corrupção generalizada no sistema educacional, identificada pelos autores, é um reflexo directo da fragilidade ética da sociedade moçambicana, que por sua vez é resultado da desconstrução dos valores que antes orientavam as relações sociais, familiares e educacionais. A crítica a essa realidade é essencial para entender o impacto da degradação ética no processo de formação dos cidadãos e no desenvolvimento social do país. Os jovens, que deveriam ser formados como futuros agentes de transformação social, têm sido socializados em um ambiente marcado pela desonestidade, pelo suborno e pela falta de solidariedade. Esse cenário tem gerado uma geração desiludida, que, ao invés de lutar por uma sociedade mais justa e ética, tem reproduzido os mesmos comportamentos corruptos que permeiam o sistema. A educação, que deveria ser o pilar da transformação social, tem se mostrado ineficaz ao não proporcionar uma formação ética sólida e capaz de formar cidadãos críticos,

responsáveis e comprometidos com o bem comum.

A perda de valores nas esferas familiar e escolar, aliada à ausência de um sistema educacional que promova uma ética coerente, contribui para a marginalização dos jovens e para o aprofundamento da crise ética na sociedade moçambicana. No entanto, como evidenciado por diversos estudiosos, há possibilidade de reversão desse cenário, desde que se promova uma reforma profunda que resgate os valores culturais e éticos fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

A solução passa, pela reconstrução de um sistema educacional que integre, de forma harmônica, os princípios éticos e morais das culturas tradicionais moçambicanas com as exigências da sociedade moderna. Castiano, Ngoenha e Berthoud (2013) sugerem que é necessária uma abordagem educativa que favoreça o desenvolvimento de competências não apenas cognitivas, mas também sociais e éticas, formando indivíduos que respeitem os princípios de solidariedade, honestidade e responsabilidade. Gonçalves (2018) reforça que, para tal, é imperativo que as práticas pedagógicas e os currículos educacionais integrem esses valores como pilares centrais da formação.

Portanto, para superar o vazio ético que assola o país, é necessário um esforço conjunto entre as famílias, as escolas, as autoridades governamentais e a sociedade civil. As reformas devem ir além do ensino técnico e acadêmico, incorporando uma verdadeira formação ética que permita a construção de uma geração comprometida com a justiça social, a honestidade e a responsabilidade. A implementação de medidas que combatam a corrupção dentro do sistema educacional e a promoção de uma cultura de ética e cidadania são essenciais para restaurar a confiança nas instituições e para garantir um futuro mais justo e moralmente sólido para Moçambique.

Dessa forma, considera-se a urgência de reverter o quadro de degradação ética, buscando resgatar os valores que antes orientavam a sociedade moçambicana, sem perder de vista as demandas de um mundo

globalizado e moderno. A educação deve ser, acima de tudo, um meio de formação integral do indivíduo, capacitando-o não apenas para o mercado de trabalho, mas também para ser um cidadão ético e responsável, comprometido com o bem-estar colectivo e o desenvolvimento sustentável do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- António, E. M. (2014). *Reforma do Estado e direito à Educação Básica em Moçambique (1987-2007)* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Castiano, P. I., Ngoenha, S., & Berthoud, G. (2013). *A Longa Marcha Duma Educação Para Todos. Moçambique*, 3ª ed. Maputo: Publix Editora.
- Cruz e Silva, T. (2001). *Educação, cultura e colonialismo em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Golias, M. (1993). *Sistemas de ensino em Moçambique: passado e presente*. Maputo: editora escolar, 1-17.
- Gonçalves, A. C. P. (2012). *A concepção da ética no ensino de filosofia em Moçambique: Dos fundamentos filosóficos às contradições de um discurso pós-socialista*. *Revista Científica da UEM: Série Ciências da Educação*, 1.
- Gonçalves, A. C. P. (2018). *Modernidades Moçambicanas e Educação: da crise de referências ao vazio de sentido*. *Educação & Realidade*, 43, 1653-1676.
- Humbane, E. M. (2017). *Educação e diversidade: o caso de Moçambique*. *Revista Sinais*, 21(1).
- Intanquê, S. T., & Subuhana, C. (2018). *Educação pós-independência em Moçambique*. *Revista África e Africanidades-Ano XI*, (26).
- Mazula, Brazão. (1995). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*. São Paulo: USP.
- Moçambique. (1985) *Sistema Nacional de Educação*. Linhas Gerais e Lei n. 4/83. Maputo: Minerva Central.
- Moçambique. (1992). *Lei n. 6/92 que altera o Sistema Nacional da Educação, reajustando as disposições nela contidas*. *Boletim da República*, Maputo, 6 mai.
- Moçambique. (2018). *Lei 18/18 do Sistema Nacional de Educação (SNE)*.
- Papel, T. G. (2020). *As dinâmicas educativas em moçambique: objectivos e perspectivas*.
- Pires, M. J. (2011). *O Papel das Comunidades na Educação Tradicional em Moçambique*. Maputo: Edições da Universidade de Moçambique.
- Quimuenhe, A. (2018). *História da educação moçambicana no século XX: lei 4/83 e 6/92 do sistema nacional de educação*. *Revista Científica de Educação*, 3, e019011-e019011.

Munguambe, J. A. (2025). Mudanças nos princípios éticos da educação em Moçambique: do tradicional à modernidade.